



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IVANYR NAYARA MASCENA VERAS

**PANDEMIA, PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO DOS(AS) DOCENTES DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

SOUSA – PB

2023

IVANYR NAYARA MASCENA VERAS

**PANDEMIA, PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO DOS(AS) DOCENTES DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Monografias da UAD/CCJS da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como exigência para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior

SOUSA – PB

2023

V476p Veras, Ivanyr Nayara Mascena.
Pandemia, precarização e adoecimento dos(as) docentes da Educação Superior / Ivanyr Nayara Mascena Veras. - Sousa, 2023.
54 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.
"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior."
Referências.

1. Pandemia COVID-19. 2. Precarização do Trabalho Docente do Ensino Superior Público. 3. Desgaste dos Trabalhadores(as). 5. Adoecimento Físico e Mental - Trabalhadores. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU 36:616-036.21(043)

IVANYR NAYARA MASCENA VERAS

**PANDEMIA, PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO DOS(AS) DOCENTES DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Monografias da UAD/CCJS da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como exigência para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior

Data de aprovação: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior (UFCG)

Orientador

Prof. Ms. Anderson Henrique Vieira (UFCG)

Examinador

Profa. Ma. Franciele Silva Santos (UFCG)

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pela vida e por todas as graças a mim concedidas, por me possibilitar vivenciar este momento, por todas as vitórias e conquistas até chegar aqui.

Quero agradecer imensamente a minha mãe Maria Da Luz, meu exemplo de fé, coragem e superação. Mãe, obrigada por todo esforço, dedicação e apoio, sem a senhora eu não teria conseguido chegar onde cheguei, obrigada por nos momentos de fraqueza ser a minha fortaleza, me incentivando a nunca desistir, me mostrando desde pequena a importância dos estudos e me guiando sempre pelos caminhos do bem. Mãe, essa conquista é tão minha quanto sua, essa vitória é compartilhada, sonhamos juntas e hoje concretizamos.

A minha tia Maria Débora e ao meu tio Eduilson Lacerda, muito obrigada por todo empenho e dedicação, por não medirem esforços nas horas que mais precisei, me acolhendo como filha e compartilhando comigo as dificuldades e felicidades dessa caminhada, a vocês minha eterna gratidão.

Aos meus amigos de caminhada, aqueles que estiveram e estão comigo nesse percurso, aqueles que nos deixaram durante a pandemia e aqueles que vieram agregar depois de toda a tempestade, obrigada por serem minha família nessa cidade, pelo companheirismo nos momentos de lutas e de diversão, por terem sido abraço casa nos momentos de saudade, essa jornada não seria a mesma sem vocês.

Claramente, não poderia deixar de agradecer ao meu professor e orientador Reginaldo Pereira, que acima de tudo se tornou um amigo e confidente, sempre presente, tornando o processo de produção algo descontraído e tranquilo. Regis, a você toda a minha gratidão e amor fraterno. Não poderia ter sido contemplada com um orientador melhor, humano, dedicado e companheiro. Obrigada por me desafiar, me mostrar que posso ir mais longe, por acreditar em mim e me mostrar que estou apenas no começo dessa longa jornada.

Dessa forma, quero estender meus agradecimentos a todos(as) que estiveram comigo durante essa caminhada, obrigada por cada palavra de carinho, cada ensinamento e cada momento compartilhado. Obrigada por tornarem essa jornada mais leve, transformando esses anos em momentos inesquecíveis.

“Deixe tudo nas mãos de Deus e recorra a Nossa Senhora”

São Camilo de Lellis

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo central investigar, por meio de ampla bibliografia, a precarização do trabalho docente do ensino superior público, visando evidenciar os efeitos do adoecimento mental dos professores entre os anos de 2020 a 2023, período que corresponde ao recorte temporal da pandemia, visto que os processos advindos das relações de trabalho atuais vêm intensificando o desgaste físico e mental dos trabalhadores(as), e com a pandemia de COVID-19 estes processos se agravaram em todas as esferas da vida social. Para tal fim, foi utilizado o método qualitativo, a partir de revisões bibliográficas, para buscar compreender a possível presença de elementos que propiciaram o desenvolvimento de quadros de adoecimento mental no ambiente de trabalho e assim contribuir para o debate do adoecimento dos(as) trabalhadores(as) em tempos de pandemia, atingindo os objetivos propostos. Como resultado, constatou-se que a vasta produção teórica sobre o tema indica um nexo entre adoecimento mental e as condições de trabalho, processo este acentuado durante a pandemia (2020-2023). Fica evidente a necessidade urgente de políticas de mitigação, mas também, é imprescindível superar a ordem do agente causador desta barbárie.

Palavras-chave: Precarização; trabalhadores(as); adoecimento; pandemia;

ABSTRACT

The main objective of this course completion paper is to investigate, through a broad bibliography, the precariousness of the teaching work in public higher education, aiming to highlight the effects of mental illness of teachers between the years 2020 and 2023, a period that corresponds to the time frame of the pandemic, since the processes arising from the current work relations have intensified the physical and mental wear of workers, and with the pandemic of COVID-19 these processes have worsened in all spheres of social life. To this end, the qualitative method was used, based on bibliographic reviews, to seek to understand the possible presence of elements that propitiate the development of mental illness in the workplace and thus contribute to the debate about the illness of workers in times of pandemic, reaching the proposed objectives. As a result, it was found that the vast theoretical production on the subject indicates a link between mental illness and working conditions, a process that is accentuated during the pandemic (2020-2023). The urgent need for mitigation policies is evident, but it is also essential to overcome the order of the causative agent of this barbarism.

Keywords: Precariousness; workers; illness; pandemic;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	—	Como você avalia sua saúde mental neste momento?	20
Figura 2	—	Distribuição por região: quantos consideram a saúde mental ‘ruim’ ou ‘péssima’	20
Figura 3	—	Na sua opinião, quais foram as principais consequências da pandemia em sua rotina?	21
Figura 4	—	Percepção dos(as) professores(as) sobre a indisponibilidade de recursos de alunos(as) e professores(as)	30
Figura 5	—	Recursos utilizados para ministrar as aulas à distância	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS — Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CNJ — Conselho Nacional de Justiça
- INSS — Instituto Nacional do Seguro Social
- OMS — Organização Mundial de Saúde
- SGA — Síndrome Geral de Adaptação
- TIC — Tecnologias da informação e comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPITAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E PANDEMIA	14
2.1	CRISE DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	22
2.2	TRABALHO PRECARIZADO E A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	21
2.3	A PANDEMIA DE COVID-19 E O CENÁRIO EDUCACIONAL	28
2.4	MUDANÇAS NO TRABALHO DOCENTE: ENSINO REMOTO E ADAPTAÇÕES	31
3.	IMPACTOS DAS MUDANÇAS NO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DOS(AS) DOCENTES	34
3.1	CONCEITO DE SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DOCENTE	38
3.2	IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS(AS) PROFESSORES(AS)	41
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1 INTRODUÇÃO

Durante o período de pandemia, foi necessário repensar e readaptar hábitos e ações. No âmbito da educação não foi diferente. O processo de ensino e aprendizagem sofreu uma série de modificações para se adequar ao cenário pandêmico. Estas modificações não favoreceram docentes e discentes, pois, provocaram a sobrecarga de atividades e a precarização das condições de trabalho, o que propiciou o surgimento de processos de exaustão e adoecimento mental em professores(as) e alunos(as).

Sobre a precarização afirma Camargo (2021) que essa se realiza por meio de novas mediações que particularizam os processos de exploração do trabalho, dada pela ampla reestruturação produtiva que introduz a terceirização, a informalidade, a flexibilidade e a intensificação, expondo a destrutividade motriz do capital sob a força humana de trabalho, sendo orquestrada impiedosamente pelo capital portador de juros.

Neste sentido, as universidades encontram-se expostas às transformações do mundo do trabalho através da reestruturação produtiva e do discurso neoliberal, que impacta diretamente os(as) trabalhadores(as), já que é necessário um processo de “renovação” buscando adequar-se às novas demandas do mercado, que exigem cada vez mais habilidades e conhecimento, mas que não asseguram minimamente o bem-estar físico e mental dos(as) docentes.

Nesse viés, a presente pesquisa visou encontrar quais são as dificuldades, problemas materiais, físicos e mentais enfrentados pelo quadro docente das instituições de ensino superior, durante o período de pandemia, além de traçar as condições de trabalho extenuantes que conduzem esses profissionais ao quadro de adoecimento mental.

Não obstante, esta temática também tem ganhado maior visibilidade, visto que inúmeras áreas sofreram processo de agravo nas condições de trabalho durante a pandemia, a intensificação das demandas, as condições insalubres e a pressão de lidar com o vírus, acabaram por propiciar o surgimento de doenças mentais em diversos setores, de forma que alguns profissionais desenvolveram problemas de saúde devido às condições caóticas em que tinham de desempenhar suas funções.

Para tanto, esta pesquisa teve por objetivo geral investigar, por meio de ampla bibliografia, a precarização do trabalho docente do ensino superior público, visando evidenciar a acentuação do adoecimento mental dos docentes entre 2020 e 2022. Especificamente, objetiva-se levantar as condições de trabalho impostas os(às) docentes durante o período pandêmico; analisar dados relativos às doenças físicas e mentais oriundas do trabalho

intermitente entre 2020 e 2022; evidenciar a importância do cuidado com a saúde físico-mental dos(as) docentes das Instituições de Ensino Superior.

Para atender aos objetivos propostos, define-se esta pesquisa como explicativa, pois, detém o objetivo de identificar os fatores que determinam e/ou contribuem para ocorrência/incidência do fenômeno estudado, buscando aprofundar o conhecimento da realidade e o motivo fundante dos acontecimentos (GIL, 2002).

Quanto ao método utilizado, a pesquisa se utiliza do método materialista dialético, que nas palavras de Richardson (2012) é regido pela lei de unidade e luta dos contrários, mediada ao princípio da conexão universal, bem como pela lei da transformação da quantidade em qualidade, atrelada ao princípio da conexão universal dos objetos e fenômenos. Além disso, existem em seis as categorias enumeradas por Richardson (2012), sendo a primeira a análise do individual, particular e geral; a segunda a causa e efeito; a terceira a necessidade e a causalidade; a quarta a essência e a aparência; a quinta o conteúdo e a aparência; enquanto a sexta possibilidade e a realidade.

Considerando o método, adotou-se para pesquisa uma abordagem qualitativa. Para tanto, segundo Hernández-Sampieri e Torres (2018), a pesquisa qualitativa se concentra na compreensão dos fenômenos, explorando-os da perspectiva dos participantes em seu ambiente natural e em relação ao contexto. Complementa o autor que a abordagem qualitativa aspira examinar a maneira pela qual certos indivíduos percebem e experimentam fenômenos que os cercam, aprofundando seus pontos de vista, interpretações e significados.

Para desvelar a realidade estudada e uma melhor apropriação do objeto de estudo, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, visando favorecer o arcabouço teórico metodológico de compreensão do objeto da pesquisa e o levantamento de dados secundários.

Quanto à pesquisa bibliográfica, afirma Gil (2002) que está desenvolvida com base em material elaborado previamente, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Tratando-se dos artigos científicos, realizou-se o levantamento bibliográfico mediante plataformas como SciELO, LILACS e PubMed, com os descritores “trabalho”, “precarização” e “saúde do(a) docente” com o operador booleano “AND”. Referente aos livros, buscaram-se autores de referência para o Serviço Social, como Ricardo Antunes, Graça Druck e Selligman-Silva, cuja visão crítica norteia as pesquisas sobre a precarização do trabalho, bem como atendem ao movimento empreendido na pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1999).

Quanto à pesquisa documental, destaca Gil (2002) que o material desta inclui tudo que seja considerado documento, inclusive, relatórios e dossiês. Neste sentido, procuraram-se

órgãos governamentais e privados que fornecessem documentos com dados secundários referentes às condições de trabalho dos(as) docentes durante a pandemia, bem como os efeitos desta no adoecimento mental dos(as) profissionais da educação superior.

Estabelecidos os pressupostos metodológicos, divide-se a pesquisa em dois capítulos: um destinado a tratar das relações do capital com a precarização do trabalho docente durante a pandemia e outro para mensurar o impacto destas mudanças na saúde mental dos(as) profissionais da educação superior.

O primeiro Capítulo, intitulado “Capital, Precarização do Trabalho Docente e Pandemia”, aborda as relações do capitalismo com a precarização da profissão docente, destacando o processo de reestruturação produtiva ocorrida diante da crise do capital cujos reflexos impactam a educação superior, bem como a acentuação destes processos durante a pandemia de COVID-19.

O segundo Capítulo, intitulado “Impactos das Mudanças no Trabalho na Saúde Mental dos(as) Docentes”, descreve o conceito de saúde mental, traçando uma relação com o trabalho docente, e avalia o impacto propiciado pela pandemia de COVID-19 na saúde mental dos(as) professores das Instituições de Ensino Superior.

Por fim, destaca-se a necessidade do cuidado com a saúde mental dos(as) educadores(as) como pressuposto para minimizar os impactos das modificações do mundo do trabalho e das implicações psicológicas provenientes da pandemia.

2 CAPITAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E PANDEMIA

A classe trabalhadora está determinada aos processos de exploração advindos do sistema capitalista juntamente com as expressões do neoliberalismo, sendo eles o aumento do ritmo de produção, a retração de direitos trabalhistas, os acréscimos na jornada de trabalho e o sistema de metas que acabaram por suceder o surgimento de problemas físicos e mentais sobre os(as) trabalhadores(as).

Assim, a sua mercadoria (sua força de trabalho) é extraída do proletariado, sendo que tudo o que é produzido, é apropriado pelos detentores dos meios de produção. Nesta relação entre capital e trabalho, conforma-se uma lógica desigual, vale dizer: “Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. [...] segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador” (ANTUNES, 2004, p. 39). Nesse contexto, o(a) trabalhador(a) não se reconhece como produtor da mercadoria, tendo apenas sua força de trabalho utilizada para compor a taxa de lucro.

Assim, de acordo com Antunes (2004), é por meio do trabalho explorado que o capitalismo se sustenta, sendo mediado pela divisão das classes sociais, na qual uma é detentora dos meios de produção, enquanto a outra classe é responsável por produzir riquezas por meio da exploração da sua força de trabalho.

Ademais, com o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de produção, ocorre uma expansão da tecnologia no mundo do trabalho e, conseqüentemente, maior exploração da massa trabalhadora. Segundo Tenório (2011), com essa expansão o(a) trabalhador(a) tem que acompanhar o ritmo ditado pela máquina, modelo adotado pelo então sistema de produção fordista, tornando o trabalho desgastante e exaustivo, já que o(a) trabalhador(a) tinha que desempenhar a mesma atividade repetidas vezes.

Neste sentido, tem-se que:

O capital como portador de um processo predatório e autofágico impõe ao mundo do trabalho uma profunda escalada em que a reorganização em torno dos processos produtivos torna-se pedra de toque, reatualizando a velha exploração da força de trabalho, repondo, na atualidade, novos contornos desta exploração, reestabelecendo, a partir de novas bases, o conflito entre capital e trabalho. [...] A expressiva queda da taxa tendencial de lucro, associado ao esgotamento do padrão rígido de acumulação centrado no modelo taylorista/fordista de produção, mediado por uma hipertrofia da esfera financeira, provocou a presença de uma gigantesca concentração de capitais, além da presença da crise do welfare state nos países centrais e o crescente volume e incremento acentuado sob o signo da desestatização do bem público acarretando a conformação da reestruturação produtiva sob novas bases (FRANÇA JUNIOR, 2018, p.59).

Com estoques cheios e padronizados, encarecimento da produção, bens duráveis e o crescimento tecnológico que surgiu nos anos vinte, ocorre a crise do fordismo que expõe os problemas do modelo de produção vigente, é somente então que passa a vigorar o modelo toyotista, que renovava a ideologia dominante, alterando a produção em massa e passando a produzir mediante a demanda. Assim, a fábrica aprova os produtos através das demandas consumeristas, e nesse processo de transição os(a) trabalhadores(as) são novamente atingidos pelos efeitos danosos do capital, sendo vistos como objetos e “utilizados” apenas quando necessário, enquanto os lucros são maximizados. Esta nova realidade impactou diretamente os(a) trabalhadores(as), já que impôs alterações no processo produtivo acentuando superexploração da força de trabalho, fragmentando cada vez mais a relação entre o homem e o objeto por ele produzido.

De acordo com Medeiros (2004), após a Terceira Revolução Industrial e a decorrência do neoliberalismo enquanto modelo econômico na busca para conter as crises endógenas do capital, ocorre um novo momento nas relações sociais denominado reestruturação produtiva, o capitalismo então caminha em direção da recomposição das taxas de lucro se apoiando na flexibilidade dos processos de trabalho e em novos setores de produção. Felizmente, este processo exploratório proveniente do capitalismo não é infinito, ele vem sofrendo modificações e se reatualizando, adequando-se ao ritmo da necessidade de recomposição da taxa de lucro.

Ademais, a acumulação flexível, segundo Harvey (1992, p. 140), "caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". Dessa forma, o modelo tradicional abre espaço para a flexibilização da produção, que atende as demandas do mercado e deixa de lado os grandes estoques de produtos. Existe também o desenvolvimento da "*Lean Production*" e as formas de horizontalização do trabalho, assim intituladas por Antunes (2004), que propiciam a desconcentração do espaço físico e inserção das máquinas informatizadas, reduzindo cada vez mais o proletariado estável, de modo que, assim como o trabalho sofre modificações, os(as) trabalhadores(as) também se transformam para se adequar a essas mudanças, além de ocorrer uma complexificação nos desafios sócio-políticos.

Em meio a essas transformações ocorridas no mundo do trabalho, os(as) trabalhadores(as) têm se submetido a formas de atuação e remuneração instáveis, bem como a espoliação dos direitos trabalhistas. Assim,

Parte-se, portanto, da caracterização de uma nova fase do capitalismo contemporâneo, também denominado de flexível [...] ou de acumulação flexível [...]. E, nessa denominação, já está subjacente a compreensão de que o sistema capitalista, em seu desenvolvimento histórico, sofreu transformações significativas – especialmente no campo do trabalho e das lutas dos trabalhadores – que redefiniram a sua configuração, mesmo que mantivessem sua essência como um sistema cujas relações sociais se assentam sobre o trabalho assalariado, ou seja, pela apropriação do trabalho pelo capital, através da compra e venda da força de trabalho no mercado, independentemente das formas de contrato existentes ou predominantes (FRANCO; DRÜCK; SELIGMANN-SILVA, 2011, p.41).

Diante disso, a necessidade de sobrevivência em meio a uma grande massa de desempregados, leva aos(as) trabalhadores(as) a aceitar as extensas horas de trabalho, a baixa remuneração e a retração de direitos, visando assegurar os mínimos sociais, além de subordinar-se a situações que propiciam o adoecimento físico e mental.

Outrossim, o perfil do(a) trabalhador(a) também passa por processos de modificação, o operariado fabril que antes baseava-se no modelo taylorista/fordista é levado a não se adequar aos avanços tecnológicos e a reestruturação produtiva, que de um lado superqualifica uns e desqualifica outros, bem como constrói o modelo de trabalhador polivalente capaz de realizar diversas atividades, reduzindo as vagas de emprego e conseqüentemente aumentando o número de indivíduos no exército industrial de reserva, assim, segundo Sennett (1999), a natureza flexível do capitalismo também gera processos de ansiedade nos indivíduos, visto que eles encontram-se alienados perante essas mudanças.

Desse modo,

[...] rompe-se com a possibilidade de construção de uma história cumulativa de vida, com o uso disciplinado do tempo conhecido a longo prazo, situação esta que acaba por delinear o próprio caráter, importando em ausência de apego temporal a longo prazo e em tolerância com a fragmentação (SOUSA, BENEVIDES, 2018, p.6).

Assim, passa a vigorar uma nova cultura e ações políticas de cunho neoliberal no mundo do trabalho, buscando flexibilizar ao máximo as estratégias de produção e racionalização, por meio de novas tecnologias, processos de trabalho, produtos, além das condições de trabalho e a relação do Estado com a população.

Para Lessa (2012), a alienação e o trabalho se interpõem a partir de uma densa malha de mediações sociais que desempenham um papel decisivo em sua consubstanciação a cada momento histórico, sendo o ponto médio entre a alienação e o trabalho a categoria valorativa, oriunda da precarização de trabalho e geradora da alienação, que torna alheia a coisa ao produtor. Não obstante, destaca Lessa (2012) que a condição de alienação e trabalho possuem relação íntima, não sendo, sob circunstância alguma, separada tampouco eliminada.

Dessa forma, a mediação desses fenômenos acaba ocasionando o que chamamos de precarização do trabalho, deixando os(as) trabalhadores(as) alienados(as) mediante a situação a que são expostos, sendo estranhos ao que eles mesmos produzem e conseguindo cada vez menos assegurar os mínimos necessários para sua segurança e sobrevivência.

Ademais, embora a mitigação do discurso neoliberal tenha difundido que “estamos todos juntos”, o caos pandêmico expôs rapidamente a divisão de classes perante a assistência e direitos básicos. Aqueles que dispunham de bons planos de saúde e que tinham a opção de se resguardar em suas residências, encontravam-se seguros diante das ameaças, enquanto trabalhadores(as) informais, de baixa renda e desempregados tinham que escolher entre tentar assegurar a renda mensal ou se proteger da doença, e quando eram infectados submetiam-se ao sistema de saúde pública que se encontrava em colapso, com filas enormes, falta de insumos e profissionais à beira da exaustão.

Desse modo,

Esta “nova classe trabalhadora” está na vanguarda e suporta o peso de ser a força de trabalho que corre maior risco de contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente por causa da retração econômica imposta pelo vírus. Há, por exemplo, a questão de quem pode e quem não pode trabalhar em casa. Isto agrava a divisão social, assim como a questão de quem pode se isolar ou ficar em quarentena (com ou sem remuneração) em caso de contato ou infecção (HARVEY, 2020, p.21).

Por outro lado, aqueles que permaneciam em suas residências sofreram com os impactos da sobrecarga de trabalho, não dispondo de momentos de lazer, bem como não tinham a dissociação de suas vidas pessoais e profissionais, que segundo Harvey (2020), propiciaram o surgimento de problemas comportamentais, irritabilidade, ansiedade e suscitando o desenvolvimento de doenças mentais.

Com a pandemia esses problemas se intensificaram, devido à crise econômica, social e sanitária que se instaurou no mundo, paralisando todos os processos de produção, já que a força motriz que são os(as) trabalhadores(as) necessitaram parar suas atividades de forma abrupta. Diante disso, a classe trabalhadora foi atingida diretamente por esses impactos, assim como os(as) professores(as) enquanto categoria de trabalhadores(as) assalariados(as), também vivenciaram grande sobrecarga de atividades juntamente com os processos de adaptação ao “novo normal”, tendo que se reinventar em meio ao caos pandêmico na tentativa de minimizar os impactos sofridos pelos estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Posto isso, a jornada de trabalho deixou de se restringir ao horário comercial e passou a se estender por longas horas, além de que o ambiente de trabalho e ambiente familiar passaram

a coexistir, a sala de casa passou a ser sala de aula dando assim início ao home office e ao popularmente conhecido ensino remoto. Para isso, os(as) professores(as) passaram a realizar suas tarefas de forma até então inovadora, utilizando aparatos tecnológicos e plataformas digitais sem o devido preparo ou a disponibilização de condições materiais para esse fim.

Nesse caminho, os oportunistas de plantão - setores privatistas e eadistas, inclusive no interior das universidades públicas, têm aproveitado a conjuntura atual para arregimentar a educação aos ditames do mercado e da modalidade à distância, defendendo o que julgam como potencialidades do ensino remoto, de seu aspecto democrático e inclusivo, das ferramentas tecnológicas como facilitadoras do processo ensino-aprendizagem. Buscam uma sedução da sociedade em geral e o convencimento das comunidades acadêmicas de que é preciso se reorganizar, reinventar novas estratégias pedagógicas e se render ao “novo normal” (PONTES; FERREIRA PORTES; SECCO FAQUIN, 2021, p.6-7).

Neste viés, o ensino remoto é apresentado pelo mercado como a uma dinâmica pedagógica, que nas palavras de Pontes; Ferreira Portes; Secco Faquin (2021) induz o fetiche das ferramentas, das tecnologias e das plataformas digitais como a grande saída, desconsiderando a complexidade do cotidiano. Por este motivo, o modelo de ensino remoto não apresentou a eficácia esperada e por isso não foi aceito de forma positiva, visto que esse modelo de ensino apresenta fragilidades, o que propicia o enfraquecimento das formas de aprendizagem e a qualidade do ensino, assim, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem” (ABEPSS, 2021, p. 4).

É necessário problematizar criticamente o ensino remoto, reconhecendo seu significado e suas implicações para o processo de formação profissional, além de considerar o conjunto de questões que impactam o processo de ensino e a aprendizagem, visto que esse modelo de ensino apresenta limites pedagógicos na interação entre os sujeitos, contribuindo para suas fragilidades e inconsistências. Tais limitações são induzidas pelo capital no processo de “plataformização da educação”, que ocorre pela intensificação e massificação das plataformas digitais na educação, sem evidenciar as limitações e riscos presentes (PONTES; FERREIRA PORTES; SECCO FAQUIN, 2021). Grohmann (2019), versando sobre plataformização, destaca que o processo é caracterizado, sobretudo, pela totalização da racionalidade neoliberal.

Nesse viés, o predomínio do modelo econômico neoliberal, favorece uma dedicação excessiva dos(as) trabalhadores(as), normatizando a troca do horário de lazer por tempo de cumprimento de suas atividades junto às universidades, existindo a cobrança por produção científica e o desenvolvimento de funções administrativas, isso corrobora para o aumento de demandas, precarização das condições de trabalho, além de estabelecer um nexo causal entre as condições de trabalho e os quadros de adoecimento mental, que, dentre as patologias que acometem os(as) trabalhadores(as), segundo Caldas et al. (2021) podemos destacar as mais comuns que são a síndrome de Burnout, estresse ocupacional e depressão, entre outras doenças mentais e comportamentais de um modo geral.

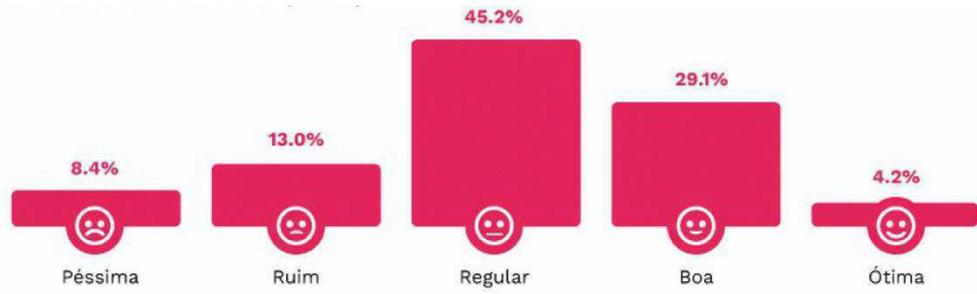
Também são comuns, ansiedade, depressão, doenças respiratórias, problemas musculares, dentre outras que podem ser desenvolvidas mediante as condições precárias de trabalho que impedem os(as) professores(as) de desempenhar seu trabalho com sua saúde assegurada.

A precarização do trabalho docente é um fato real e traz prejuízos não só para o trabalho em si, mas também para vida social, afetiva e, por conseguinte, para a saúde mental do profissional. Tal fenômeno deve ser visto de forma transdisciplinar. (MOURA et al., 2019, p.12).

É necessário levar em consideração um conjunto de fatores e condições de precarização do trabalho docente, além das responsabilidades e demandas. Acrescenta-se a isso o alto nível que o trabalho exige, as necessidades de estar sempre atualizado, bem como a carga emocional imposta. Essa categoria que já sofria com os processos de precarização passou por um processo de agudização desses problemas, de modo que a atuação profissional se tornou cada dia mais desafiadora, levando esses profissionais a entrarem em processo de adoecimento mental e exaustão.

Em pesquisa realizada por Lyra (2022) no instituto Nova Escola, juntamente com professores(as) da rede estadual, federal e municipal do país, aliado ao Instituto Ame sua Mente, constatou-se que 8.4% desses profissionais atestam estar com péssimas condições psíquicas, enquanto 13.0% atestam condições ruins de saúde mental, conforme a Figura 1:

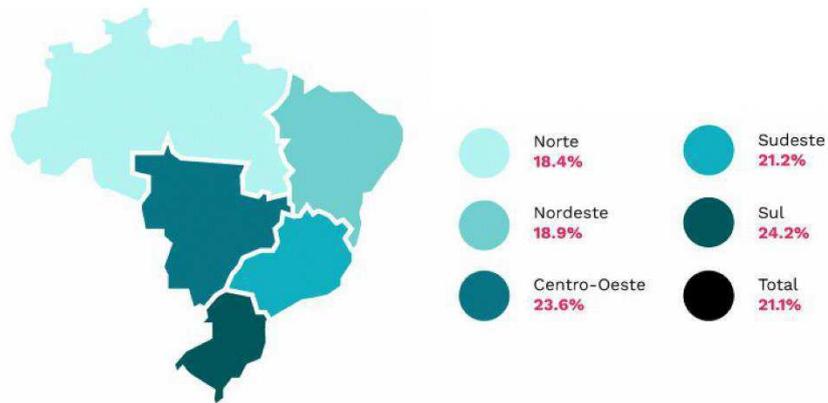
Figura 1 — Como você avalia sua saúde mental neste momento?



Fonte: Lyra (2022, adaptado)

Ademais, a pesquisa também constatou que entre as regiões que apresentam maior incidência de casos considerados ruins ou péssimos, destaca-se o Centro-Oeste com 23.6%, Sudeste com 21.2% e Sul com 24.2% dos casos. Segundo a pesquisa, houve uma queda na proporção de educadores que consideraram a própria saúde mental como ruim ou péssima nos anos de 2020 e 2021, no entanto, o medo de retornar para a sala de aula triplicou no ano de 2022, ilustrado na Figura 2:

Figura 2 — Distribuição por região: quantos consideram a saúde mental ‘ruim’ ou ‘péssima’



Fonte: Lyra (2022, adaptado)

Para os entrevistados, a pandemia desencadeou problemas na rotina e no comportamento desses indivíduos, onde 48.1% alegaram baixo rendimento ou cansaço excessivo, 41.1% problemas com o sono, 60.1% sentimentos frequentes de ansiedade e 36.5% demonstraram sentimentos intensos de tristeza e fraqueza, além disso, 74% do(a)s professore(a)s entrevistados acreditavam que essas consequências permaneciam mesmo após a pandemia, conforme a Figura 3:

Figura 3 — Na sua opinião, quais foram as principais consequências da pandemia em sua rotina?



Fonte: Lyra (2022, adaptado)

Isso indica um aumento significativo de problemas mentais durante a crise sanitária, esses(as) profissionais mesmo não se reconhecendo em processo de adoecimento, conseguiram identificar problemas de saúde que surgiram mediante o trabalho e sua precarização em meio à crise, assim como percebem que ainda carregam sequelas desse processo.

Posto o problema a ser identificado, é necessário buscar compreender o afastamento de docentes mediante os casos relacionados ao adoecimento mental, as condições precarizadas de trabalho e as demandas exponenciais provenientes do ensino remoto para mensuração científica do presente projeto.

2.1 CRISE DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O sistema capitalista durante seu processo de desenvolvimento, tem enfrentado crises que não estão atreladas a um único fator, mas são resultados da dinâmica contraditória juntamente com seu modelo de produção. Essas crises têm a predisposição para produzir graves tensões no processo de acumulação, bem como tendem a expandir a capacidade produtiva e os meios de acumulação.

Segundo Harvey (2005), as crises do capital podem levar a processos de modificações no sistema capitalista, como a entrada do capitalismo em esferas de atividades, ampliação dos pontos de troca dentro do próprio sistema de produção além da diversificação do trabalho, criação de novos desejos e novas necessidades, estímulo para o crescimento populacional estando em um índice compatível com a acumulação em longo prazo e a expansão geográfica para novas regiões.

Ademais, segundo Netto (2012, p.415):

[...] em todos os continentes registraram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E crises, não só as financeiras, fazem também necessariamente, parte da dinâmica capitalista - não existe capitalismo sem crise.

Visto que “a crise afeta o processo de trabalho e eleva seu grau de intensidade, constituindo-se assim num mecanismo imprescindível para a recomposição do crescimento e acumulação do valor” (DAL ROSSO, 2008, p. 44). Assim, percebe-se que quanto menor o tempo do ciclo do capital mais rápido será o seu processo de produção.

Entretanto, há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente, até hoje, por apenas duas vezes: a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. (NETTO, 2012, p.415)

Para Netto (2012), o capital atravessou duas grandes crises sistêmicas, uma delas em 1873 na Europa e durou cerca de 23 anos, encerrando-se em 1896, a segunda, eclodiu em 1929, não se restringindo a uma única região geopolítica determinada, durando cerca de 16 anos, sendo somente ultrapassada no pós-guerra.

Embora seja perceptível as crises do capital, é necessário destacar a crise que é vivenciada desde os anos de 1970, que, de acordo com Mészáros (2011) é fundamentada em uma crise estrutural que atinge de forma direta as relações políticas e econômicas mundiais. Com isso, surgem as grandes concentrações de aglomerados produtivos que tem por objetivo minimizar os custos de circulação e o tempo de giro para o capital, que ocorre mediante a descentralização produtiva e uma maior racionalização da produção territorial.

Foram as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970 que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo — está claro que, planetarizado, esse capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos. Estas transformações estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e que chegaram a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como classe, mudanças que certamente se conectam aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica em curso desde meados do século XX. (NETTO, 2012, p. 416-417)

Assim, as transformações no mundo do trabalho caracterizam-se pela institucionalização da polivalência em um nível alto de intensidade, importação de técnicas do modelo *Just in time* e *kanban*, o que significa produzir somente o necessário no menor intervalo

de tempo possível, introdução de ferramentas tecnológicas que diminuem a demanda por mão de obra, flexibilização nas relações de trabalho, nas demandas de consumo e nos direitos trabalhistas, se contrapondo ao modelo de produção em massa, bem como o processo de transferência das bases de produção para países subdesenvolvidos com baixo custo de produção e mão de obra (ANTUNES, 2006). Tais mudanças no processo de produção impactam diretamente a classe trabalhadora e sua subjetividade, visando uma maior adesão aos processos de modificação e ao ideário da acumulação capitalista.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial, mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. (NETTO, 2012, p. 417)

Diante da descentralização produtiva e aumento dos processos flexíveis, cresce o processo de informalização e terceirização. No entanto, mediante o aumento da informalidade, ocorre uma expansão da retração de direitos e garantias sociais, além da precarização das condições de trabalho como baixa remuneração e insalubridade nos ambientes de trabalho.

Dessa forma, o chamado *mercado* vem sofrendo grandes modificações em sua estrutura e todas as inovações contribuem para a precarização das condições de vida e trabalho dos(as) trabalhadores(as) “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2012, p. 417). Assim, as transformações que sucedem o mundo do trabalho envolvem a totalidade social, ocorrendo modificações no plano econômico, na produção/reprodução das classes sociais.

Diante disso, as estratégias para a possível superação dessas crises articulam medidas no âmbito da reestruturação produtiva, financeirização da economia e políticas neoliberais. Nesse sentido, o processo de reestruturação produtiva, centra-se nas mudanças ocorridas na produção, bem como nas relações de trabalho sob influência do modelo toyotista¹.

Ocorrem modificações também nas camadas sociais e no conjunto dos(as) trabalhadores(as), visto que a classe operária passou a se fixar nas políticas sindicais e partidárias, como forma de enfrentamento ao capitalismo e as novas divisões na divisão social

¹ Segundo G. Alves (2008), o toyotismo é uma ideologia orgânica que visa a reestruturação produtiva do capital a partir das tecnologias da informação e comunicação e do sócio-metabolismo da barbárie, que sempre coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI.

e técnica do trabalho. Essa nova cultura incorpora características próprias do “tardo-capitalismo”, assim intitulado por Netto, trazendo a obsolescência programada, a imediatividade e a substituição, traçado por uma sociedade do consumo.

Assim,

Nesse mesmo período, novas formas de organização do trabalho e a incorporação de novas tecnologias pareciam apontar para uma fase de introdução acelerada do trabalho morto em substituição ao trabalho vivo. (FRANÇA JUNIOR, 2021, p. 368)

Mesmo havendo a necessidade da força de trabalho para a realização das atividades e conseqüentemente criação de mais valor, não existe uma superação da relação força de trabalho mesmo que seja alterado o sistema de produção. Para isso, afirma França Júnior (2021, p. 371) que

As profundas transformações tecnológicas e o intenso processo da chamada reestruturação produtiva redimensionaram os padrões da sociabilidade e reconfiguraram o mundo do trabalho. Dessa forma, o capital orientado na direção da ampliação crescente da acumulação evidencia o processo do binômio mundialização do capital “globalização da pobreza” [...].

A reestruturação produtiva, por volta de 1990, trouxe as práticas de flexibilização e conseqüentemente a precarização do trabalho, juntamente com o neoliberalismo ocorre uma expansão dos padrões organizacionais e tecnológicos, inserindo novas forma de organização do trabalho, dessa forma, o trabalhador é submetido a uma trajetória que é marcada pela insegurança, instabilidade, baixa remuneração e precariedade nos vínculos empregatícios. Essa degradação das condições materiais de vida, agravada pela ausência de mecanismos de proteção social e associada à desestruturação/reconstrução de identidades geradas em torno do trabalho, configura, em sua complexidade, questão social premente (GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999).

As contradições dessas mudanças apresentam-se na reestruturação produtiva, que por sua vez está inserida na reestruturação política, econômica e social. Essas transformações nas esferas sociais e do trabalho trazem um novo modelo de racionalização das empresas, fazendo modificações nas estruturas organizacionais e no gerenciamento da força de trabalho, formando uma cultura voltada para a competitividade do mercado globalizado. Tais mudanças não ocorrem mecanicamente, mas seguem as contradições do sistema capitalista.

Neste sentido, destaca Negri (2016) que através da construção da “cultura da crise” evidenciada por Gramsci, ocorre a tentativa de justificar a perda dos direitos conquistados, em prol dos interesses privados, isso ocorre mediante investimentos feitos pela classe dominante e

os representantes dos interesses econômicos no processo de socialização das políticas, conseqüentemente, esse cenário impõem que as classes a se articulem na tentativa de minimizar esses impactos.

2.2 TRABALHO PRECARIZADO E A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva têm causado modificações na sociedade contemporânea, trazendo degradações crescentes para o mundo do trabalho, atingindo não somente os países subdesenvolvidos, mas também os capitalistas centrais.

Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados, que hoje atinge também os países do Norte. (ANTUNES, 2000, p.36)

Assim, é perceptível um processo destrutivo, do homem e da natureza, onde encontram-se em uma condição precarizada, dessa forma, como afirma Mészáros (2011), estamos vivendo um capital desprovido de orientação que assume um sistema de controle social, onde o valor de uso é totalmente subordinado ao valor de troca.

Os reflexos da crise estrutural do capital trazem à tona a quebra dos direitos sociais, o enorme contingente de homens e mulheres que vivem da força de trabalho, além de tornar aniquilador a relação produção/natureza, criando a sociedade do descartável que mantém somente o ciclo do capital.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode priorizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (ANTUNES, 2000, p.38).

O processo de reestruturação tinha por objetivo buscar a recuperação do ciclo de reprodução do capital, que trouxe conseqüências diretas para o mundo do trabalho. No entanto, é preciso acrescentar ainda a expansão do neoliberalismo e a crise do *welfare state*², que

² Segundo Wolf e Oliveira (2016), o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare state*) se manifesta nos países desenvolvidos, sobretudo, na Europa Nórdica e na Europa Ocidental, restando aos países latinos e africanos algo que sequer chegou à prática.

acarretou um processo de regressão da social-democracia, passando a difundir o ideário da “reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional” (ANTUNES, 2000, p. 40).

Nesse ínterim, a precarização do trabalho tem seu lugar garantido na dinâmica da flexibilidade, transferindo riscos e custos que antes eram de responsabilidade do empregador para o indivíduo juntamente com o estado, de forma que esses modelos precários de atuação se tornam inerentes ao modelo de crescimento econômico. É sob esse cenário de precarização estrutural do capital que os capitais globais buscam cada vez mais o desmonte dos direitos sociais que resguardam o trabalhador. Contudo, flexibilizar essa legislação social significa expandir os lucros e retrain a atuação do Estado mediante a repressão aos direitos sociais que foram conquistados pela classe trabalhadora cujo resultado é a precarização do trabalho (ANTUNES, 2011).

De acordo com Antunes (2006), essas formas de trabalho precarizado tem um caráter estrutural, sendo resultado da reestruturação produtiva e organizacional adotada pelas empresas que buscam aumentar os seus lucros, mediante o aumento da produtividade pela mão de obra barata, ao mesmo tempo, em que são reduzidos os campos de trabalho e os direitos trabalhistas, para que haja um número maior de indivíduos dispostos a aceitar, sem contestação, vínculos empregatícios precarizados. Com isso, o mercado de trabalho tem conquistado um acúmulo de desempregados, já que cada vez mais tem-se exigido qualificação por parte dos(as) trabalhadores(as).

De acordo com Marx (2015), o desemprego não é um fenômeno restrito à atualidade, mas sim uma determinação endógena e funcional do sistema capitalista. Esse sistema de produção cria uma massa de trabalhadores(as) sem ocupação, que sobram em meio às franjas do trabalho formal. Assim,

[...] a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (MARX, 2015, n.p.)

Este excedente de trabalhadores(as) constitui o exército industrial de reserva, que historicamente surgiu pela composição orgânica do capital em sua contradição, havendo a inserção de máquinas, reduzindo em partes a necessidade de utilização do trabalho vivo, prezando somente pela maximização dos lucros. Destaca Marx (2015, n.p.) que “o capital é

trabalho morto [valor de produção], que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo [valor de produção agregado pelo trabalho], e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga.”

Ademais, os(as) professores(as) enquanto categoria inserida na divisão social e técnica do trabalho também sofrem com esses impactos advindos das mudanças no mundo do trabalho e da reestruturação produtiva. A maximização/intensificação do trabalho encontra-se atrelada a essa conjuntura que exige cada vez mais dos(as) trabalhadores(as), nesse decurso, os(as) professores(as) necessitam ter acúmulo teórico-metodológico, inserção em projetos de pesquisa e extensão, que ultrapassam a carga horária estabelecida.

Como afirma Silva (2013, p. 59),

Do mesmo modo, não se pode deixar de registrar que, no âmbito da universidade, e possível visualizar o esforço que os professores, de modo geral, são levados a fazer para produzir cada vez mais – e isto é algo incentivado pelas agências de fomento à pesquisa que temos. São textos, artigos, palestras etc., vislumbrando atingir, ao menos no plano numérico e estatístico, a produção (que é, quase sempre, nessa lógica, indicativa da qualificação do sujeito) exigida nesses tempos.

Ou seja, mediante essa realidade é possível perceber a intensificação do trabalho dos(as) professores(as), já que é necessário estar inserido em múltiplos espaços para trazer qualificação a profissão, não reduzindo-a a relação professor e aluno em sala de aula, além de buscar demonstrar eficácia nas atividades desempenhadas para atender as demandas do mercado.

Assim,

(...) a proletarização é percebida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor. Ao contrário da proletarização, a profissionalização é afirmada como um movimento que promove a categoria do magistério à consolidação desses trabalhadores como profissionais. Além disso, nota-se que as explicações que os autores ofereceram sobre trabalho produtivo e proletarização docente são bastante díspares e, em alguns casos, acentuadamente divergentes. Isso se deve não ao foco que deram ao tema eleito, mas, possivelmente, à escolha de referenciais teóricos também distintos que foram utilizados para analisar o trabalho docente. (TUMOLOFO e FONTANA, 2008, p.3)

Junto à proletarização docente, encontra-se não somente a sobrecarga laboral, mas as exigências constantes de produção acadêmica, que segundo Borsoi (2012), fazem com que os(as) professores(as) expressem mais sentimentos negativos do que positivos em relação à atividade docente e à própria universidade. Acrescenta Leite (2017) acerca da proletarização docente que a ampliação das exigências de produção e produtividade no campo da pesquisa, pós-graduação (prazos, bolsas, editais, participação em eventos científicos etc.), produtivismo

acadêmico (publish or perish) acarretam num ambiente laboral/profissional marcado por competitividade expressões pelo desempenho quantitativo e o cumprimento de metas (gerencialismo).

Tratando-se do gerencialismo, afirma Peroni; Lima (2020) que este é um instrumental para o projeto de escola centrado no controle do trabalho docente, do currículo, da gestão, dos resultados e dos sujeitos - desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Neste sentido, o gerencialismo seria uma ideologia com o objetivo de afastar o Estado da tutela educacional, pretensão essa inserida na lógica neoliberal (PERONI; LIMA, 2020).

Acrescenta-se, inclusive, que o gerencialismo introduz crescente burocracia na profissão docente. Nas palavras de Flores (2011) os discursos dos professores apontam para níveis de pressão subjacentes às reformas advindas do gerencialismo, expressando um aumento do volume do trabalho e da burocracia, bem como um maior controle sobre o seu trabalho. Com efeito, as transformações ocorridas no mundo do trabalho advindas do gerencialismo neoliberal impactaram também no currículo dos(as) professores(as), bem como no processo de controle do trabalho, assim como no ensino, acarretam implicações na qualificação dos(as) professores(as).

Nesse viés, encontramos os(as) professores(as) inseridos(as) no processo de precarização do trabalho, tal qual as outras profissões e profissionais organizados em classes, sindicatos ou outras organizações (ALVES, U., 2020). Complementa o autor que a proletarianização do trabalho não está restrita apenas aos trabalhadores(as) da educação, mas abrange profissionais de diferentes setores e tem se agravado nos últimos anos em decorrência das profundas transformações nas relações de trabalho decorrentes dessa correlação de forças entre capital e trabalho.

Sendo assim o trabalho docente é submetido a lógica do capital, regida pela racionalização e organização administradas pelas políticas de Estado, que o submete a proletarianização, provendo o processo de assalariamento e desprofissionalização, que coloca os(as) professores(as) sujeito ao conjunto de trabalhadores(as).

2.3 A PANDEMIA DE COVID-19 E O CENÁRIO EDUCACIONAL

A pandemia de COVID-19 instaurou uma questão de saúde pública, o que afetou o cenário mundial em seus mais diversos campos, trazendo consequências em todas as esferas sociais, bem como para a educação. Diante do isolamento social, um número massivo de

estudantes teve que se afastar do ambiente escolar/universitário, assim como os(as) professores(as) que desempenhavam suas atividades nessas instituições de ensino.

Assim,

O impacto causado pela pandemia do novo coronavírus vem impondo drásticas modificações na rotina da população mundial. Diversas áreas foram atingidas por essas mudanças, entre elas, a educação. Logo após a OMS declarar pandemia de coronavírus, o Ministério da Educação passou a definir critérios para a prevenção ao contágio da COVID-19 nas escolas. Desse modo, o desafio fundamental da educação brasileira tem sido se readequar ao cenário para que os estudantes não sejam prejudicados com a pandemia (PEREIRA, A., NARDUCHI, MIRANDA, 2020, p. 221).

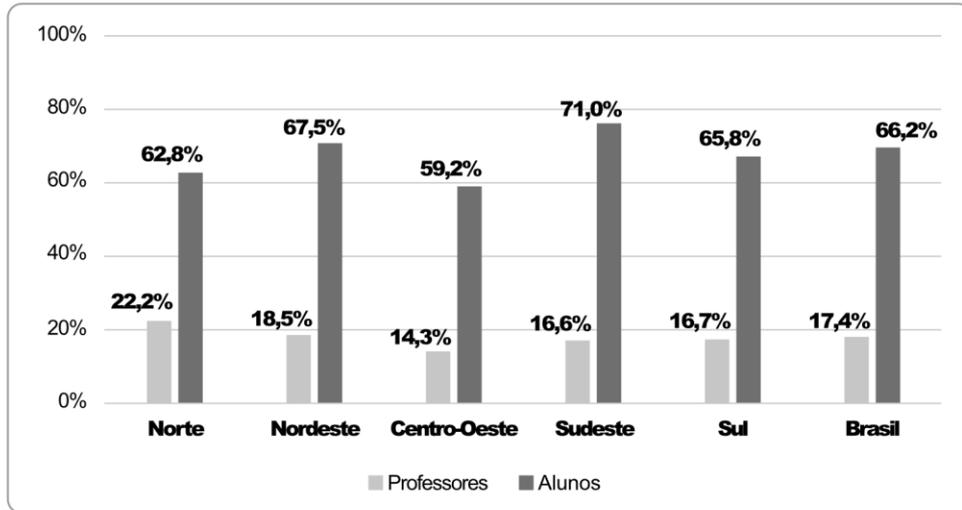
Essa paralisação compulsória ampliou as preocupações sobre o processo de ensino, conduzindo a elaboração de meios e alternativas para driblar a crise, na tentativa de minimizar as perdas sofridas pelos estudantes. O uso das *tecnologias educacionais* veio para suprir a necessidade de realização das atividades escolares mediante o modelo remoto. A situação emergencial, demandou dos(as) professores(as) a capacidade de inovar as práticas educativas, através dos aparatos tecnológicos disponíveis, sistematizando conhecimento e avaliando o processo de aprendizagem dos alunos, fazendo o melhor uso possível de equipamentos até então desconhecidos.

Com o fechamento das escolas, as unidades passaram a adotar o ensino a distância (EAD) a partir do dia 30 de março de 2020. A adoção das atividades não presenciais, apoiadas pelo uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), constituiu-se, assim, num caminho para minimizar as perdas causadas, no campo da educação, pelo isolamento social. Dessa forma, as TICs surgem como uma alternativa para evitar que os estudantes sofram prejuízos no processo de ensino-aprendizagem (PEREIRA, A., NARDUCHI, MIRANDA, 2020, p.227).

Apesar de todos os esforços e da inserção das TIC's como alternativa para driblar a crise, esse sistema de ensino emergencial apresentou fragilidades, bem como expôs problemas que antes encontravam-se velados no modelo educacional. A pandemia evidenciou e trouxe à tona as desigualdades sociais existentes em nosso país, e conseqüentemente, no mundo, mostrando o quanto é necessário a intervenção do Estado nas expressões da questão social buscando atingir um patamar de equidade social, fazendo valer o que é normatizado pela Carta Magna de 1988 que garante acesso igualitário a educação como direito social.

Segundo Oliveira; Pereira Junior (2020), a disparidade do acesso a recursos tecnológicos entre professores e estudantes foi comum a todas as regiões geográficas do Brasil. Expõe-se a afirmação na Figura 4:

Figura 4 — Percepção dos(as) professores(as) sobre a indisponibilidade de recursos de alunos(as) e professores(as)



Fonte: Oliveira e Pereira Junior (2020)

Diante da figura, apreende-se que 17,4% dos(as) professores(as) e 66,2% dos alunos brasileiros perceberam a insuficiência de recursos. Regionalizando os dados, apreende-se que 22,2% dos(as) professores(as) e 62,8% dos alunos da Região Norte notaram a escassez de recursos; 18,5% e 67,5% da Região Nordeste; 14,3% e 59,2% da Região Centro-Oeste; 16,6% e 71% da Região Sudoeste; 16,7% e 65,8% da Região Sul. Complementa Mota-Sousa; Lacaz; Chioro (2021) que a escassez dificultou o trabalho dos(as) professores(as) tanto na produção, edição e transmissão das aulas, diante de não possuírem dispositivos adequados quanto ao acesso dos alunos às aulas.

Neste sentido, o ensino remoto, juntamente com a pandemia, expôs nitidamente as desigualdades sociais que demarcam nossa sociedade e que estão intrínsecas ao modelo econômico-social. Desse modo, faltam condições para se manter financeiramente, condições de acesso a essa modalidade de ensino, espaço para estudos, saúde mental e física, assim como falta apoio institucional suficiente para suprir algumas dessas carências. Explicita-se, assim, uma exclusão extremamente perversa (BARRETO; ABREU; ALMEIDA, 2021)

Outro ponto indiscutível refere-se ao fato da ausência de uma mediação física entre professor e aluno, pautado em uma troca de saberes, fragilizando o ensino e o desenvolvimento dos estudantes, além de intensificar o ritmo de trabalho dos(as) professores(as), exigindo novas habilidades e mais tempo de dedicação exclusiva ao trabalho, reduzindo tempo de lazer e descanso.

Além disso, o desafio do alcance e manutenção dos alunos, bem como o uso correto das plataformas digitais durante o regime especial de atividades, apresentou falhas significativas

para o alcance de aprendizagem de forma efetiva, criou-se uma parcela de estudantes com dois anos de ensino deficitário em seus currículos acadêmicos. Sobre o tema, destaca Stevanim (2020, p. 12) que "o resultado, porém, tem sido prejudicial, na sua avaliação, para a saúde física e mental dos estudantes, de suas famílias e dos educadores, que tiveram que se adaptar a uma atividade para a qual não foram capacitados."

Sendo assim, a ausência de espaços coletivos propícios para discussão reflexiva sobre o trabalho e as questões emocionais envolvidas resultou na adoção de estratégias individuais, como organização mental das tarefas e utilização de recursos espirituais e religiosos (FERREIRA; FERRAZ, D.; FERRAZ, N., 2021). Acrescenta Mota-Sousa; Lacaz; Chioro (2021, p. 530) que a "quebra desses laços solidários no trabalho, produzidos pelas novas formas de organização e gestão do trabalho, como um elemento gerador de adoecimento, uma vez que impossibilita a criação de pactos subjetivos entre os pares." Neste sentido, estes profissionais passaram por processos exaustivos, tendo ampliação nos horários de trabalho, passando a dividir o ambiente de trabalho com suas casas, intensificação de suas atividades, bem como tiveram que se reinventar nesse novo cenário para adequar-se ao *novo normal*.

A situação instaurada pela pandemia de COVID-19, evidenciou questões já existentes no ensino presencial, agravou tais questões e antecipou outras que já eram pré-existentes, demonstrando a necessidade de investimentos de forma urgente na educação, no âmbito da estrutura física e organizacional das universidades públicas que se encontram cada vez mais sucateadas.

2.4 MUDANÇAS NO TRABALHO DOCENTE: ENSINO REMOTO E ADAPTAÇÕES

Como já foi exposto anteriormente, a pandemia do coronavírus modificou a estrutura organizacional de diversas esferas da vida humana. No âmbito educacional surgiram diversas modificações buscando suprir a ausência de aulas presenciais, prezando pela aprendizagem do aluno, tentando minimizar os impactos advindos da crise.

Na tentativa de minimizar a crise, adotou-se o modelo de ensino remoto, que consiste na utilização de meios tecnológicos de comunicação, que interligam os(as) professores(as) aos alunos através das telas de computadores, celulares e tablets, conforme a Figura 5:

Figura 5 — Recursos utilizados para ministrar as aulas à distância



Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2021).

Conforme a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE (2021), durante a pandemia de COVID-19, os principais recursos utilizados foram *smartphones* (91,1%), *notebooks* (76%), *desktops* (28,2%), *câmeras* (16,6%) e *microfones* (10,4%). Complementa a CNTE (2021) que os principais tipos de internet utilizada foram banda larga (65,3%), plano de dados do celular (24,0%), outros tipos, como rádio e discada (10,4%) e não possui internet em casa (0,2%).³ Entretanto, o uso das ferramentas descritas apenas aumentou a percepção da maioria dos(as) professores(as) de que houve um aumento nas horas de trabalho, bem como aumentaram as horas gastas na preparação das aulas não presenciais. (CNTE, 2021).

Neste sentido, tem-se que uma expansão da jornada de trabalho, deixando de lado o horário ‘comercial’, trabalhando-se sem horários definitos. Segundo Medeiros (2021) as consequências dessa associação de trabalhos numa mesma jornada e a falta de delimitação para as horas de não-trabalho já se encontrava como ponto de tensão antes mesmo da pandemia, sendo apenas aprofundadas por elas. Destaca-se que além das atividades das salas virtuais com os alunos, esses(as) professores(as) tinham que manter seus ritmos produtivos extra acadêmicos com atividades de pesquisa e extensão.

Ademais, o “rápido” deslocamento do presencial para o virtual exigiu dos(as) professores(as) um conhecimento técnico prévio das ferramentas tecnológicas que foram utilizadas, para alguns essa transição ocorreu de forma mais sucinta, pois já dispunham de noções básicas sobre o uso dos aparelhos, enquanto para outros essas modificações trouxeram dificuldades para a execução de suas funções, tornando esse processo ainda mais desgastante.

Além disso, por ter sido uma medida adotada durante o momento de isolamento social para tentar conter o avanço do vírus, as atividades laborais dividiam espaço com as atividades

³ Anota-se que a pesquisa tem caráter de seleção múltipla, ou seja, pode-se usar smartphones, notebooks e câmeras conjuntamente para ministrar aulas à distância.

domésticas. O gerenciamento dessa duplicidade de funções desencadeou novas dificuldades e desafios, acumulando funções e sobrecarregando esses indivíduos. Nessa realidade, destaca-se a mulher enquanto mãe, esposa, professora e dona de casa, tendo sua dupla jornada de trabalho convertida em um mesmo ambiente.

Assim,

O excesso de demanda de trabalho e a dificuldade em estabelecer limites entre trabalho e lazer/descanso foram importantes aspectos destacados pelos professores. Gerenciar as atividades relacionadas ao trabalho docente com os afazeres domésticos se tornou uma considerável fonte de estresse, com cotidiano de trabalho sendo realizado inteiramente no domicílio, ocupando o mesmo ambiente e misturando atividades que antes possuíam limitações mais claras. (MATIAS et al, 2020, p.542)

A falta de limites entre as atividades laborais e domésticas, juntamente com as demandas de trabalho, geram um acúmulo de atividades. Todos esses fatores contribuíram para pouco tempo de descanso ou lazer, ampliando a possibilidade de desenvolvimento de doenças mentais, físicas e/ou cognitivos.

Dessa forma,

A falta de preparo e suporte para essa transição e efetivação, em especial a morosidade no planejamento das ações pelos gestores da instituição, tiveram relevante impacto na saúde mental dos professores. Estudos realizados no Chile e no Uruguai também apontaram morosidade institucional. Quanto mais imprevisível e incontrolável for a situação vivenciada, maior será a probabilidade de ser percebido como estressante. (MATIAS et al, 2020, p.543)

Ademais, também ocorreram mudanças significativas na relação professor-aluno, percebidas mediante várias perspectivas. Segundo Stevanim (2020), o baixo nível de interação no modelo remoto de ensino, já que os alunos adentraram o ambiente virtual com câmeras e microfones desligados, limitando a dinâmica de ensino-aprendizagem, não ocorrendo o retorno por parte dos estudantes durante as aulas. Complementa o autor que durante esse momento caótico, a docência passou por um momento de reestruturação. Foi necessário repensar e rever as formas de ensino e avaliação, as práticas tiveram de ser redirecionadas a realidade pandêmica.

Além de todos esses fatores contribuintes para altos níveis de estresse e desenvolvimento de doenças, os(as) professores(as) tiveram que se preocupar com os danos pedagógicos decorrentes dessa transição abrupta de ensino. Já que existia o receio quanto ao impacto no processo de formação dos(as) alunos(as) advindos da limitação de interação, dificultando identificar as necessidades de cada estudante.

Outrossim, inseridos nessa mesma realidade temos os(as) professores(as) substitutos(as), que além de vivenciarem um quadro de instabilidade em seus empregos, também sofreram com os impactos provenientes da pandemia. Estes trabalhadores(as) necessitavam de um suporte teórico, metodológico e prático para atender as demandas provenientes da universidade, sem apoio formal da instituição, enquanto sofrem a pressão da instabilidade a que são submetidos, buscando sempre aptidão e eficácia nas atividades desempenhadas para se adequar às exigências impostas.

Esses(as) profissionais além de conviverem com todos os outros fatores agravantes que eram provenientes da pandemia, ainda tinham que lidar com as fragilidades de seus vínculos empregatícios, tendo limitações em seus contratos, bem como a garantia de seus direitos trabalhistas.

3 IMPACTOS DAS MUDANÇAS NO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DOS(AS) DOCENTES

É necessário pensar o trabalho docente em meio as condições e relações do capital, reestruturantes da organização do trabalho através da reestruturação capitalista, que sempre busca o acúmulo de riquezas, explorando a força de trabalho dos(as) trabalhadores(as), tensionando o conflito entre a classe dominante e a classe explorada.

Vale ressaltar que a década de 1950 foi marcada pela expansão e fortalecimento do *welfare state*, que buscava a intervenção do Estado na economia, no combate ao desemprego e na promoção de direitos sociais nos países desenvolvidos, sobretudo, na Europa Nórdica e Ocidental, enquanto os países latinos e africanos foram assolados por esses males (WOLF; OLIVEIRA, 2016) No entanto, nos anos de 1970, ocorre um processo de declínio que abre espaço para mais uma investida do capital que perdura até os dias de hoje (HARVEY, 2013).

Assim,

Nesse cenário, os Estados Nacionais, fortalecidos na defesa da ordem burguesa, com a privatização das empresas estatais e com promoção de políticas de defesa da liberdade econômica, fortalecem a defesa do mercado como agente regulador das relações sociais. Assim sendo, o discurso conservador neoliberal equipara tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a “iniciativa privada” surge sublimada como a esfera da competência administrativa, da probidade e da austeridade (GOMES et al., 2012, p. 275)

O capitalismo, então, transfere a responsabilidade dos problemas sociais para o indivíduo e o Estado, difundindo um ideal de incompetência administrativa, além de delegar o

declínio da economia e a crise social para o Estado, incentivando claramente a privatização. Essa reestruturação produtiva é responsável por uma série de reformas neoliberais, inclusive na educação. Assim, as condições de trabalho docente também foram afetadas, como afirma Saviani (2008, p. 448-449):

O mercado e seus porta-vozes governamentais parecem querer um professor ágil, leve, flexível; que, a partir de uma formação inicial ligeira, de curta duração e a baixo custo, prosseguiria sua qualificação no exercício docente lançando mão da reflexão sobre sua própria prática, apoiado eventualmente por cursos rápidos, ditos também “oficinas”; essas recorrendo aos meios informáticos, transmitiriam em dose homeopáticas, as habilidades que o tornariam competente nas pedagogias da “inclusão excludente”, do “aprender a aprender” e da “qualidade total”.

No contexto descrito, os docentes não são somente privados das ferramentas necessárias à compreensão crítica da realidade, mas são também estimulados a lógica capitalista. Para tanto, ocorreram reformas no mundo do trabalho nas quais os(as) professores(as) tiveram um aprofundamento na exploração laboral sem o acréscimo de melhorias para a profissão. Neste sentido, além de sobrecarregar os(as) professores(as) com demandas que superam seu compromisso em sala de aula, estes profissionais passaram a incorporar atividades internas e externas, culminando em maiores exigências e controle de trabalho, desencadeando mais precarizações sobre o trabalho docente. Assim, o nível atual de precarização fora ocasionada e/ou intensificada pelo desenvolvimento do ideário neoliberal, também afeta, notadamente, o quadro de saúde dos professores (MOURA et al, 2019, p. 03).

Diante disso, tem-se que o mercado competitivo e a necessidade exacerbada de produzir sempre mais e mais não se restringe somente ao espaço fabril, mas aos(às) acadêmicos(as), que também passaram a adotar a doutrina da excelência, trazendo danos significativos à saúde geral e mental dos(as) trabalhadores(as), visto que ignora os processos fisiológicos e mentais dos seres humanos (MONROY, 2000). Além do mais, complementa Franco; Druck; Seligmann-Silva (2010, p. 239) que “a maximização da intensificação do trabalho obriga o trabalhador a romper seu equilíbrio psico-orgânico.” Como resultado, o ambiente de trabalho se torna propício para o adoecimento mental dos(as) docentes, afinal, a lógica induzida pelo mercado não leva em conta a saúde física e mental do trabalhador, mas apenas a produção deste.

No entanto, estas modificações e agravos nas condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as) não é um processo restrito ao período da pandemia. Tais mudanças já ocorriam gradativamente, porém, agudizaram-se e tornaram-se mais explícitas durante a crise sanitária. Essa reconfiguração do trabalho docente mostrava sinais de intensa precarização, mas de forma velada, já que o sistema capitalista cria meios de exploração nas relações de trabalho,

através dos discursos de individualidade e empreendedorismo, juntamente com as flexibilizações das leis trabalhistas.

O Brasil seguiu a onda de flexibilização, realizando duas reformas que atingiram sobremaneira o trabalho docente, quais sejam: a reforma trabalhista implementada pela Lei nº 13.467 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a reforma do Ensino Médio imposta pela Lei nº 13.415, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ambas em 2017, no governo de Michel Temer, as quais, inclusive, já sofreram modificações. (LEAL, M.; LEAL, G., 2021, p. 125)

Assim, estes processos acelerados, juntamente com as rápidas mudanças, não permitem uma adaptação ou sequer o aprendizado adequado do trabalho, ou dos aparatos tecnológicos envolvidos na dinâmica de atuação, levando a frustração, angústia e ao desenvolvimento de problemas mentais. Portanto, o paradigma da rapidez faz mudanças significativas e de forma célere, sem levar em consideração a complexidade do trabalho, ou o tempo necessário de familiaridade com o *novo trabalho*. Frente a isso,

É importante sinalizar que a docência é um trabalho que envolve aspectos físicos e mentais do profissional. Essa configuração do trabalho docente exige dele uma carga laboral excessiva que ultrapassa o seu tempo de trabalho remunerado. (MOURA et al, 2019, p. 8)

Ademais, conforme foi abordado anteriormente, a pandemia de COVID-19 instaurou mudanças nos âmbitos organizacionais da sociedade. Na tentativa de superar a crise, foram instauradas medidas preventivas, como, isolamento social, distanciamento, fechamento de entidades, adoção de atividades em home-office, bem como o ensino remoto. Tais medidas tentaram conter o avanço do vírus.

Para que a educação não parasse, a adoção do ensino à distância se apresentou como a única alternativa viável para o momento, visto que esta iniciativa buscava manter os docentes e discentes em segurança, minimizando os impactos negativos sobre a formação educacional dos(as) alunos(as). Para isso, adaptou-se às propostas, as atividades e as formas de abordagem entre professor(a) e aluno(a).

Frente ao novo cenário, e as imposições que levaram ao isolamento social, surgiram várias preocupações não somente quanto ao prejuízo sobre a aprendizagem dos conteúdos curriculares, mas também os impactos dessa nova realidade na saúde mental dos(as) professores(as), que assim como os(as) alunos(as) também se encontram envolvidos(as) neste processo, já que as instituições de ensino não são espaços de mera transmissão de conhecimento,

mas espaço de convivência e sistematização social. Diante do fato do sistema capitalista moderno considerar as aulas como mercadoria, tem-se que

Essa mercantilização das diferentes formas de trabalho, como a “uberização” e a “youtuberização” das profissões modernas, dentre elas, a de professor, durante a pandemia, evidencia a precarização que a docência vem sendo submetida, pois diferentemente de youtubers famosos que ganham muito dinheiro com suas postagens, o professor recebe baixos salários e enfrenta muita concorrência como os outros profissionais, cada vez mais uberizados. (LEAL, M.; LEAL, G., 2021, p. 128)

Diante destes desafios, os(as) educadores(as) tiveram suas realidades modificadas, exigindo maior desenvoltura perante o “novo” modelo de ensino e, conseqüentemente, houve um aumento exponencial das demandas, exigindo maior empenho e mais tempo dedicado ao trabalho. Assim, muitos foram os desafios postos a esta categoria, exigindo cada vez mais desses profissionais e expondo as lacunas presentes nas formas de atuação dos docentes, explicitando as limitações do sistema de ensino, bem como as desigualdades sociais intrínsecas a nossa sociedade, mostrando a necessidade de políticas efetivas que visem minimizar os impactos do capitalismo sobre a classe trabalhadora.

Nesse ínterim, o contexto incerto, juntamente com a pressão advinda do trabalho propiciaram o desenvolvimento de medos, receios, angústias, bem como o aparecimento de problemas mentais de diversos níveis. Ademais, de acordo com Queiroga (2015), o trabalho docente é uma experiência profissional caracterizada por maiores níveis de estresse e baixos níveis de bem-estar se comparado a outras formas de atuação profissional. Nesse sentido, estes(as) profissionais que já tinham uma sobrecarga de estresse e atividades, sofreram agravos significativos no seu processo de atuação profissional, o que impactou diretamente a saúde mental desses(as) trabalhadores(as).

Outrossim, tomando a saúde como um processo complexo e indissociável do funcionamento integral do organismo, analisa-se os prejuízos na saúde do(a) trabalhador(a), levando em consideração que "a saúde humana manifesta a vitalidade alcançada por uma população ou um indivíduo para o desenvolvimento de suas capacidades biológicas, psicológicas e sociais" (FONTINELI, 2003) e sem ela, o indivíduo é prejudicado no desempenho de suas funções.

Assim,

As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar sobreexcesso ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou

precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais[...] (GASPARINI, BARRETO, ASSUNÇÃO, 2005, p.192)

Desta forma, a qualidade de vida no trabalho requer uma estrutura, juntamente com recursos apropriados para o bom desenvolvimento das atividades, assim como para a saúde e segurança dos indivíduos. Para tanto, a saúde do(a) trabalhador(a) é formada por um conjunto de fatores complexos que também são determinados pela qualidade de vida, que necessitam de condições adequadas para desempenhar suas funções, lazer e acesso a bens e serviços essenciais. Além disso, não se pode reduzir a precarização tão somente à realidade pandêmica, muitos desses problemas já existiam, mas sofreram processos de agravamento durante a pandemia de COVID-19.

3.1 CONCEITO DE SAÚDE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DOCENTE

Para a Organização Mundial de Saúde – OMS (1993), a saúde mental se refere a um estado de bem-estar, no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades, lidando com os estresses do cotidiano, trabalhando de forma produtiva, encontrando-se apto para gerar contribuições para a sociedade.

Mais do que um cenário de ausência de problemas, a saúde mental deve ser entendida como um estado, no qual o indivíduo encontra-se bem o suficiente para lidar com as situações cotidianas, sejam elas corriqueiras ou não pertencentes a rotina. Afinal, viver na sociedade contemporânea implica lidar diariamente com as complicações advindas do intenso ritmo de vida, bem como das fragilidades dos vínculos atuais.

Para tanto, acrescenta-se que

“Para os pesquisadores brasileiros Naomar de Almeida Filho, Maria Thereza Ávila Coelho e Maria Fernanda Peres a saúde mental significa um *socius* saudável; ela implica emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais, equidade, enfim, qualidade de vida. Por mais que se decreta o fim das utopias e a crise dos valores, não se pode escapar: o conceito de saúde mental vincula-se a uma pauta emancipatória do sujeito, de natureza inapelavelmente política [...] (SARAIVA, 2021, n.p.).

Assim, para ter um bom desempenho no trabalho e nas demais atividades cotidianas é necessário estar em boas condições físicas e mentais. Esta afirmativa aplica-se também a os(as) professores(as) que se encontram inseridos(as) na categoria de trabalhadores(as)

assalariados(as), pois, esses indivíduos também sofrem com as implicações advindas do trabalho, e segundo estudo realizados pelo INSS (2017), o estresse ocupacional e a depressão estão entre as principais causas de afastamento de profissionais de suas atividades laborais.

Considerando que a saúde e a educação são condições preponderantes para o desenvolvimento humano e social, é importante atentar aos professores. Frente aos problemas e demandas atuais, esses profissionais precisam de competência pedagógica, social e emocional e estimular a construção crítica dos indivíduos para que aprendam a ser e a conviver na sociedade como sujeitos conscientes, reflexivos e participativos, mas para isso é fundamental que também estejam física e mentalmente saudáveis. (DIEHL, MARIN, 2016, p.80)

Alguns transtornos e doenças mentais estão se tornando mais comuns devido ao aumento exponencial de casos nos últimos anos. Isto ocorreu devido às novas características do trabalho atual e as tensões dos modelos de organização e gestão. Fonseca (2015) associa às novas exigências do trabalho atual a informatização, que altera as solicitações sobre a capacidade dos(as) trabalhadores(as), juntamente com decisões complexas mediadas pela informática.

Segundo a OMS (1993), a depressão é a principal causa de incapacidade laboral e, mesmo já existindo tratamentos eficazes, mais da metade dos casos não são tratados. A depressão pode ser caracterizada como um quadro fixado em uma tríade de sintomas: desânimo, tristeza e falta de prazer para realizar atividades. Não obstante a isso, podem aparecer outros sintomas, como: choro, apatia, pensamentos negativos, redução da concentração, raciocínio lento, entre outros.

Um dos maiores fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, em especial a depressão, encontra-se no estresse crônico. A presença prolongada de estresse aumenta e muito o risco de surgimento de problemas mentais, afinal, o estresse pode desencadear a Síndrome Geral de Adaptação (SGA), que consiste em uma série de eventos químicos no organismo, desencadeando reações físicas e psíquicas, e se o indivíduo permanecer por muito tempo nessa condição essas reações químicas podem ser nocivas ao organismo.

Lembrando aqui que o hormônio por excelência do estresse é o cortisol. Se mantido em níveis altos por bastante tempo – é como se estivéssemos tomando doses altas, diárias, de corticoide. Dá para imaginar, né? As consequências são conhecidas: elevação da pressão, do nível do açúcar no sangue (podendo piorar uma diabetes, por exemplo), redução da imunidade, entre muitas outras. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 10)

Atualmente, o papel do(a) professor(a) extrapola os limites do processo de mediação de conhecimento entre o aluno(a), logo, amplia-se o desenvolvimento profissional além da sala de aula, exigindo articulação com a pesquisa e a extensão, garantindo uma articulação entre as universidades e a comunidade. Assim, diante da precarização existente antes do período pandêmico, tem-se que

É pertinente defender que o sistema escolar transfere ao profissional a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na instituição, a qual estabelece mecanismos rígidos e redundantes de avaliação e contrata um efetivo insuficiente, entre outros. (GASPARINI, BARRETO, ASSUNÇÃO, 2005, p.191)

Neste sentido, resta aos(às) professores(as) suprir a falta dos mínimos que não são assegurados no espaço da produção e ensino, não tendo condições mínimas adequadas para atingir as metas de produção educacional. Para tanto, resta ao trabalhador(a) buscar estratégias pedagógicas que compensem a ausência de recursos necessários para um melhor desenvolvimento do projeto pedagógico.

Toda essa sobrecarga de trabalho e responsabilidades também propicia o desenvolvimento da Síndrome de Burnout que,

É um estado físico, emocional e mental de exaustão extrema, resultado do acúmulo excessivo em situações de trabalho que são emocionalmente exigentes e/ou estressantes, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença, conhecida também como “Síndrome do Esgotamento Profissional”, é justamente o excesso de trabalho. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 10)

Os sintomas desta crise incluem nervosismo, problemas físicos, sofrimento psicológico, cansaço excessivo, tontura e falta de vontade de sair de casa ou da cama. Os meios de prevenção e tratamento estão sempre associados a alternativas de redução do estresse relacionado a sobrecarga de trabalho.

Por si só, a atividade laboral pode trazer sentido à vida do ser humano trabalhador, principalmente quando se acredita, em termos de valores, naquilo que se produz. Contudo, um tempo de qualidade é capaz de produzir saúde, não se contabiliza só por qual atividade é realizada, mas sim de como ela está sendo realizada. Por exemplo, não basta trabalhar com produtos sustentáveis que fazem sentido aos valores de vida do trabalhador, mas, se este mesmo trabalhador, tem de lidar com metas irreais e insustentáveis, ele poderá adoecer da mesma forma. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019, p. 12)

A OMS (1993) afirma que é necessário produzir ambientes organizacionais propícios à saúde, que se atentem à prevenção de riscos ao bem-estar dos(as) trabalhadores(as), bem como

melhorias das condições de organização dos processos de trabalho, ampliando a autonomia e o protagonismo dos servidores.

Deste modo, a qualidade de vida no trabalho caracteriza-se não somente pelas condições adequadas de trabalho, mas também pelo conjunto das relações profissionais com o reconhecimento do trabalho realizado, equilibrando as necessidades, biológicas, sociais, psicológicas e organizacionais.

3.2 IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS(AS) PROFESSORES(AS)

Segundo OMS (1993), a profissão docente é uma das mais desgastantes, afinal, estando inserida nas precarizações causadas pela lógica do mercado, inexistente consideração pela saúde física e mental destes trabalhadores(as). Conforme destaca Gouvêa (2016), salários insuficientes e sobrecarga de trabalho seriam fatores da precarização do trabalho que afetam diretamente os(as) docentes.

Assim, independentemente do nível de ensino da instituição, seja ela pública ou privada, os(as) professores(as) apresentam repercussões negativas em sua saúde, sendo provenientes do intenso envolvimento emocional, desvalorização social do trabalho, falta de motivação para o trabalho, as exigências por qualificação e desempenho, inexistência de tempo para descanso e lazer, relações interpessoais insatisfatórias, além da jornada de trabalho que não se restringe ao horário comercial. (NEVES; SILVA, 2006).

De acordo com D. Oliveira et al (2012), a organização do trabalho dos(as) professores(as) ocorre a partir das reformas educacionais implantadas em 1980 e 1990 afetando significativamente este segmento do trabalho, já que acarretaram novas exigências profissionais sem a adaptação das condições de trabalho. Neste sentido,

Mudanças na organização do trabalho acompanham desenvolvimentos econômicos, sociais e tecnológicos em sociedades. Nas últimas décadas, o trabalho tem sofrido novas e importantes transformações, como a racionalização dos processos de trabalho, com consequente redução do emprego, o incremento de atribuições e responsabilidades das ocupações, a flexibilização dos contratos de trabalho, entre outras (MOREIRA; RODRIGUES, 2018, p.237).

Estas mudanças interferem na organização social, impactando diretamente a saúde do(a) trabalhador(a), já que inserem novas formas de atuação e gerenciamento das formas de trabalho, desvalorizando cada vez mais os(as) trabalhadores e trabalhadoras, pois, intensifica as formas de exploração sobre esses indivíduos, reduzindo cada vez mais os direitos que os asseguravam.

Para Tostes et al. (2018), os sistemas educativos são forçados a atravessar essas reformas em decorrência das transformações sofridas no mundo do trabalho que são advindas da crise na esfera econômica. Complementa Ferreira; Ferraz, D.; Ferraz, N. (2021) que as reformas educacionais, implantadas ao longo das últimas décadas, acentuaram as condições de precarização do trabalho dos(as) professores(as). Para ilustração, os autores citam que a contratação de profissionais temporários se tornou crescente, inexistindo qualquer garantia trabalhista efetiva, com salários inferiores ao piso e sem nenhuma estabilidade. Neste sentido, além da lógica de mercado requerer um(a) trabalhador(a) proativo, flexível e facilmente adaptável, impõe-se como requisito a aceitação do paradigma de projeto educacional elaborado pelas novas reformas.

De acordo com Moreira e Rodrigues (2018), algumas doenças e transtornos relacionados ao trabalho possuem relação direta advindas dos novos formatos e constituições do universo trabalhista, que são marcadas pelas exigências provenientes dessas mudanças, acarretando pressões constantes para que se alcance padrões de eficiência na atuação profissional. Neste seguimento,

A literatura acerca da relação entre o meio do trabalho e os impactos na saúde mental ressaltam que a conjuntura de exploração e precariedade das condições de trabalho têm resultado em prejuízos preocupantes à saúde de professores e demais trabalhadores da educação. Assim, é possível notar um indicador ascendente no processo de adoecimento entre os docentes nas últimas décadas, denotando o sofrimento mental como uma das formas mais preponderantes deste adoecimento, ligado às novas condições de trabalho. (PEREIRA, H. P.; SANTOS; MANENTI, 2020, p.28)

Ressalta-se que a conjuntura de exploração e precariedade das condições de trabalho sempre estiveram presentes na dinâmica capitalista de reestruturação da produção, logo, as exigências perante os docentes acompanham a evolução da tecnologia, ficando aqueles que não se adaptaram à mercê do desemprego. Neste sentido, aponta Moreira e Rodrigues (2018) que a partir da combinação desses indicadores, o contexto acadêmico tornou-se um ambiente provocador de tensão e estresse. Em defluência, os(as) professores(as) se sentem cada vez menos estimulados pelo trabalho, resultando em um círculo vicioso de sofrimento, adoecimento e afastamento.

Diante disso, o cenário atual se caracteriza por intensas fragilidades e rupturas na educação. A pandemia de COVID-19 trouxe para o sistema educacional, além de vários elementos nocivos, o aprofundamento da demanda constante de “reinvenção docente” que permeia os paradigmas da educação. Para tanto, a inserção de tais demandas seria um

mecanismo-chave da gestão neoliberal, no qual as subjetividades são atravessadas pelas necessidades mercadológicas e direcionadas ao aperfeiçoamento e efetividade individuais, verificadas por meio de medidas de qualidade e de produtividade. (PEREIRA, H. P.; SANTOS, MANENTI, 2020).

Segundo Mota-Sousa; Lacaz; Chioro (2021, p. 533), “os professores enunciam que esse modelo [ensino remoto] gera mais pressão e maior carga de trabalho e, mesmo com boa classificação e algumas premiações, a percepção é de que o trabalho não é reconhecido”. Neste sentido, os docentes inseridos nesta realidade são forçados à adaptação diante das exigências impostas pelo sistema capitalista. Pode-se afirmar, conforme Ball (2014), que tais imposições podem gerar [in]certezas quanto à forma de organização do trabalho, gerando dúvidas e receio sobre a incapacidade profissional, logo, somente aqueles que possuem boas classificações serão recompensados pelo mercado. Complementa ainda o autor que a [in]certeza acarreta sentimentos negativos que geram sofrimento mental aos docentes, podendo ocasionar os efeitos nocivos destacados anteriormente.

Diante do adoecimento mental dos docentes, a CNTE, antes mesmo da pandemia de COVID-19, problematizou a questão do adoecimento dos(as) professores(as) justamente em um momento em que inaugurava uma nova estratégia, através de ações sindicais, que se traduziram em realização de pesquisas empíricas nacionais utilizadas como subsídio para a luta por direitos trabalhistas e por políticas educacionais que contemplassem, também, a valorização dos profissionais da educação (GOUVÊA, 2016). Contudo, tais discussões ainda são insuficientes perante o aprofundamento da precarização do trabalho docente, afinal, destaca Mota-Sousa; Lacaz; Chioro (2021) que a ausência de organização política enquanto categoria profissional, a percepção sobre a relação das condições de trabalho com as políticas educacionais e uma discussão mais macrossocial sobre o trabalho são fatores que enfraquecem o combate desta lógica imposta pelo capitalismo. Gouvêa (2016) reconhece que a própria CNTE sazonaliza cada vez mais o debate e as reivindicações para um paradigma que preze pela saúde do trabalhador, como política pública no âmbito nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação foi uma das inúmeras áreas que sofreram com os impactos diretos da pandemia. Uma das grandes discussões sobre estes impactos está centralizada na transposição do ensino presencial para o ensino remoto, que envolve inúmeros fatores e desdobramentos, nessas modificações, temos a saúde mental de discentes e docentes, que além de passar por um processo de adaptação a esse modelo, bem como o medo do contágio, a falta do convívio social, também sofreram com a intensificação e precarização das demandas de trabalho sem o devido suporte para tais fins.

Com as alterações sofridas no mundo do trabalho durante o período pandêmico o trabalho dos(as) profissionais da educação tornou-se desgastante e exaustivo. Estas modificações implicaram mudanças na realidade dos(as) professores(as), já que esses(as) profissionais encontraram-se submetidos às adaptações do “novo normal” juntamente com o ensino remoto.

Estes(as) profissionais, tiveram suas jornadas de trabalho ampliadas, sem a devida remuneração, bem como se intensificaram as demandas provenientes do trabalho. Juntamente a esses fatores, ocorreu a necessidade de inserir equipamentos tecnológicos para auxiliar no processo de comunicação com os discentes, assim como a troca de conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, essas condicionantes implicam no aumento significativo no afastamento do trabalho por adoecimento psíquico, e conforme a OMS a depressão será a doença mais comum no mundo. Por mais difícil que seja estabelecer a relação direta entre adoecimento e trabalho, estudos prévios, assim como o apresentado, demonstram a relação intrínseca entre trabalho e saúde, exemplificando como o trabalho tem um papel importante na saúde dos indivíduos.

Juntamente a isso, a qualidade de vida, a satisfação e a segurança no ambiente de trabalho elevam os níveis de produtividade dos(as) profissionais, no entanto, quando existe a ausência destes elementos cria-se um espaço para o desenvolvimento de patologias causadoras de adoecimento mental.

Diante disso, analisando a saúde dos(as) docentes no período pandêmico, assim como o pós, é possível verificar que mediante a organização do trabalho, existe um sistema gerador de patologias que causam transtornos mentais e comportamentais, explicitando a necessidade de atenção à saúde mental dos(as) professores(as).

Ademais, a era digital impõe a inserção de novas tecnologias para os processos de comunicação, interação, bem como para os modelos de ensino, para tanto é necessário, uma

maior dedicação por parte dos(as) trabalhadores(as) como também é necessário haver um planejamento que desenvolva estratégias que preparem o educador para atuar em meio a essas tecnologias.

O contexto da pandemia de COVID-19 limitou as alternativas para o processo de continuidade de ensino, desencadeando a adoção do ensino remoto, assim, ocorre a intensificação da precarização do trabalho docente modificando as relações de trabalho, os meios e de ensino, bem como limita os(as) professores(as). No entanto, não se pode demarcar a precarização do trabalho somente ao período pandêmico.

Nesse ínterim, os(as) professores(as) sofreram com a intensificação de suas jornadas de trabalho, de modo que não havia horários definidos, ultrapassando as oito horas diárias, juntamente a isso, as demandas administrativas, assim como pesquisa e extensão encontravam-se inseridos nessa realidade. Ademais, devido às medidas de segurança para a não disseminação do vírus, ocorreu a necessidade de isolamento e a adoção do home office, assim, o ambiente de trabalho e o ambiente familiar tornaram-se um só, obrigando esses(as) profissionais a dividirem sua atenção para as demandas de trabalho e os afazeres domésticos.

Infelizmente, os impactos à saúde mental apresentaram-se significativos, visto que os docentes já vinham sofrendo com os impactos da precarização do trabalho e a agudização desses problemas durante a pandemia apenas explicitou as dificuldades vivenciadas por esses(as) profissionais.

Esses fatores estressantes, corroboram para o desenvolvimento de problemas mentais, gerando inseguranças, medos, ansiedade, depressão, burnout e inúmeras outras patologias relacionadas ao sofrimento psíquico. Para tanto, Antunes (2006) destaca que atualmente, existe grande destrutividade da sociabilidade contemporânea, provocando uma profunda crise estrutural que desgasta a força de trabalho e minimiza os direitos sociais, brutalizando um enorme contingente de homens e mulheres expropriados de sua força de trabalho.

Diante disso, a análise dos documentos que compõem o corpus deste trabalho, explicitaram disputas educacionais, condições de trabalho extenuantes, existência de mal-estar docente, bem como mostrou a intensificação e ampliação desses problemas durante o período de pandemia, o que impactou diretamente no desempenho destes(as) profissionais em suas atividades laborais. Assim, é possível destacar as constantes transformações ocorridas nas instituições de ensino para atender as demandas governamentais que estavam associadas às alterações nas práticas pedagógicas que vieram com a transição do ensino presencial para o remoto.

É necessário pontuar que o cuidado com a saúde mental dos(as) educadores(as) precisa ser abordado como elemento crucial na elaboração de políticas públicas para modificar as condições de trabalho, traçando ações e estratégias que visem mitigar os impactos das modificações do mundo do trabalho e das implicações psicológicas provenientes da pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. E. S.. Trabalho docente e proletarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 36, p. 25–37, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i36.8639638. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639638>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- ALVES, G.A.P. **Trabalho e Subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: UNESP, 2008.
- ALVES, U. A. et al. Proletarização do Trabalho Docente e o Notório Saber: Desafios e Entraves para o Resgate da Valorização do Professor. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 62–79, 30 ago. 2020.
- ALVES, W. F. Trinta Anos de um Texto-Fetiche: Mariano Fernández Enguita e o Tema da Proletarização do Trabalho. **Educ. Soc.**, v. 43, p. e258419, 1 jan. 2022.
- ANTUNES, R. (Org). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387687601/Ricardo-Antunes-Dialetica-do-Trabalho>. Acesso em: 12-08-2022.
- ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, R.. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405–419, jul. 2011.
- ANTUNES, R.. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo ; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 35- 48
- ARAÚJO, M. R. M.; MORAIS, K. R. S. de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 maio 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **A formação em serviço social e o ensino remoto emergencial**, Brasília, 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf. Acesso em: 20-08-2022.
- BALL, S.J. “Fazendo neoliberalismo: mercados, estados e amigos com dinheiro”. In: BALL, S.J. **Educação Global SA**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BARRETO, M. A.; ABREU, C. C.; ALMEIDA, G. R. Psicologia e educação: mediações em tempos de pandemia. In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. (org.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 66-90.

BERNARDO, M. H.. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 129–139, 2014.

BLANCH-RIBAS, J. M.; CANTERA, L.. La nueva gestión pública de universidades y hospitales: aplicaciones e implicaciones. In E. Agulló, J. L. Álvaro, A. GARRIDO, R. M.; SCHWEIGER, I. (org). **Nuevas formas de organización del trabajo y la empleabilidad**. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2011. p. 515-534.

BORGES, L. O. et al. Questionário de condições de trabalho: reelaboração e estruturas fatoriais em grupos. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 12, n. 2, p. 213-225, ago. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 81–100, 1 jun. 2012.

CALDAS, F. B. et al. Saúde mental e trabalho na universidade pública: uma revisão sistemática / Mental health and work at the public university: a systematic review. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 81–96, 1 jan. 2022.

CAMARGO, M. A. B. DE C. DE A.. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 488–507, set. 2021.

CAMPOS, T.; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M.. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1–19, 2020. DOI: 10.35699/2237-5864.2020.15193. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/15193>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAVALCANTI, S. A. U.. **Serviço social no Brasil: Desafios e Atuação profissional**. Atena. 2022. p. 69-92.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**: Relatório Técnico. UFMG, 2021. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf. Acesso em: 31 mai. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Saúde mental e trabalho no Poder Judiciário**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/saude_mental/images/downloads/saude_mental_e_trabalho_no_poder_judiciario_cnj.pdf. Acesso em: 01 mai. 2023.

DAL ROSSO, S.. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. [S.l.]. Terra sem Amos, 2020.

DIEHL, L.; MARIN, A. H.. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2023.

FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. D.; FERRAZ, R. DE C. S. N. Trabalho Docente na Pandemia: Discursos de Professores sobre o Ofício. **fólio - Revista de Letras**, v. 13, n. 1, 31 jul. 2021.

FONSECA, R.. Assédio moral organizacional: o poder diretivo pode adoecer e causar feridas. In GEDIEL et al. (org.), **Estado, poder e assédio: relações de trabalho na Administração Pública**. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 31-52

FONTINELE, J. K.. **Programa saúde da família**: PSF comentado. Goiânia: AB editora, 2003.

FRANÇA JUNIOR, R. P.. A crise estrutural do capital, as relações Estado-sociedade e o mito do terceiro setor. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 366–385, dez. 2021.

FRANÇA JUNIOR, R. P.. **A "odisseia do ser social": o mundo do trabalho nas produções científicas no serviço social brasileiro**. 2018. 357 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193468>. Acesso em: 31 maio 2023.

FRANÇA JUNIOR, R. P.. et al. Trabalhadores(as): expressões e repercussões frente aos processos de trabalho na atenção hospitalar no sertão da Paraíba. In: CAVALCANTI, Soraya Araujo Uchoa (org.). **Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional**. Ponta Grossa: Atena, 2022.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E.. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229–248, jul. 2010.

FREITAS, R. F. et al.. Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da COVID-19. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, n. 4, p. 283–292, 2021.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á.. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189–199, mai. 2005.

GERHARDT, T, E; SILVEIRA, D.T (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo. Atlas 2008.

GOMEZ, C. M.; THEDIM-COSTA, S. M. DA F.. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 2, p. 411–421, 1999.

GONÇALVES, D. M.; STEIN, A. T.; KAPCZINSKI, F.. Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 380–390, fev. 2008.

GOUVÊA, L. A. V. N. DE. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 111, p. 206–219, dez. 2016.

HARDING, T. W. et al. Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. **Psychological Medicine**, v. 10, n. 2, p. 231–241, maio 1980.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/155390>. Acesso em: 31 maio 2023.

HARVEY, D.. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D.. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: Acumulação flexível**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; TORRES, C. P. M.. **Metodología de la Investigación: Las Rutas Cuantitativa, Cualitativa y Mixta**. Cidade do México: McGraw-Hill, 2018.

LEAL, M. R. C.; LEAL, G. F.. Educação em tempos de pandemia: ensino remoto e a precarização do trabalho docente no Brasil. **Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, v. 14, n. 1, p. 122 - 139, 7 ago. 2021.

LEITE, J. L. Publicar ou Perecer: a Esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 2, p. 207–215, 29 jun. 2017.

LESSA, S.. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3.ed. rev. cor. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LYRA, T.. Nova Escola. **Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022**. São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MARX, K.. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATIAS, A. B. et al. A pandemia da COVID-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 537–546, fev. 2023.

MEDEIROS, D. M. O teletrabalho durante a pandemia da covid- 19: indicadores da intensificação do trabalho docente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 3, p. 1158–1171, 1 out. 2021.

MEDEIROS, S. M. DE .; ROCHA, S. M. M.. Considerações sobre a terceira revolução industrial e a força de trabalho em saúde em Natal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. Ciênc. saúde coletiva, 2004 9(2), p. 399–409, abr. 2004.

MÉSZÁROS, I.. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S.. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, 24 maio 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 9 mar. 2023.

MONROY, M.. **La violence de l'excellence**. Revigny-surOrnam: Martin Media, 2000.

MORAES, M. R. C.. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 126, p. 287–289, jul. 2012.

MOREIRA, D. Z.; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 236–247, set. 2018.

MOTA-SOUSA, G.; LACAZ, F. A. DE C.; CHIORO, A. Da Precarização aos Afetos. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 519–538, 30 dez. 2021.

MOTTA, V. C. DA; ANDRADE, M. C. P. DE. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educ. Soc.**, v. 41, 14 set. 2020.

MOURA, J. S.; RIBEIRO, J. C. de O. A.; CASTRO NETA, A. A. de; NUNES, C. P.. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 01–17, 2019. DOI: 10.31496/rpd.v19i40.1242. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>. Acesso em: 19 mai. 2023.

NEGRI, F. L.. **O Pensamento de Antonio Gramsci na Produção Teórica do Serviço Social Brasileiro**. 2016. 246 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174277>. Acesso em: 17 jun. 2023.

NETTO, J. P.. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 413–429, jul. 2012.

NETTO, J. P.. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

NEVES, M. Y. R.; SILVA, E. S.. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-75, jun. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A. et al. Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 11, p. 51–65, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8991>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 719–734, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Coord.) **Classificação de transtorno mentais e de comportamento da cid 10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PARO, V. H.. A natureza do trabalho pedagógico. **Revista Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 103-109, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33515>. Acesso em: 19 mai. 2023.

PEREIRA, A.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M. G.. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia do COVID-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 219-236, 3 jun. 2020.

PEREIRA, H. P.; SANTOS, F. V.; MANENTI, M. A.. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 9, p. 26–32, 1 set. 2020.

PORTES, L. F.; FERREIRA PORTES, M.; SECCO FAQUIN, E.. O Ensino remoto emergencial e as suas implicações para a formação profissional de Assistentes Sociais: A experiência do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – PR (Emergency remote teaching and its implications for the ...). **Emancipação, [S. l.]**, v. 21, p. 1–23, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2118186.034. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/18186>. Acesso em: 9 fev. 2023.

QUEIROGA, F. L.. **O mal-estar na contemporaniedade e suas expressões na docência**. Paco Editorial, 2015.

- RATES, C. M. P.; COSTA, M. R. E. ; PESSALACIA, J. D. R.. Caracterização de riscos em protocolos submetidos a um comitê de ética em pesquisa: análise bioética. **Revista Bioética**, v. 22, n. 3, p. 493–499, set. 2014.
- RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- SAVIANI, D.. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SENNETT, R.. **A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, A. M.. A uberização do trabalho docente no brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 229-251, 27 set. 2019.
- SILVA, M. P. DA .; BERNARDO, M. H.; SOUZA, H. A.. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016.
- SOUSA, C. A.; BENEVIDES, M. G.. A acumulação flexível e os impactos nos trabalhadores. In: VI SEMINÁRIO CETROS, 2028, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: UECE, 2018.
- SOUZA, K. R. et al.. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. e00309141, jan. 2021.
- STEIN, G.; ZYLBERSTAJN, E.; ZYLBERSTAJN, H.. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 47, n. 3, p. 587–612, jul. 2017.
- STEVANIM, L. F.. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS: Comunicação e Saúde**, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.
- TENÓRIO, F. G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 1141–1172, ago. 2011.
- TOSTES, M. V.; ALBUQUERQUE, G. S. C. de; SILVA, M. J. de S. e; PETTERLE, R. R.. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 42, n. 116 jan-mar, p. 87–99, 2018. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/775>. Acesso em: 19 maio. 2023.
- TRINDADE, H.. “Não vim pra ficar, estou só de passagem”: a precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 52, 2013.
- TUHLINSKI, C.. Depressão será a doença mental mais incapacitante do mundo até 2020. **O Estado de S. Paulo**, 10/10/2018. Disponível em: estadao.com.br/emails/bem-estar/depressao-sera-a-doenca-mental-mais-incapacitantes-do-mundo-ate-2020. Acesso em: 19 mai. 2023.
- TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B.. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 159–180, jan. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **O que é saúde mental?**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em:<https://www.ufmg.br/saudemental/saude-mental/o-que-e-saude-mental/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VIEIRA, L.; RICCI, M. C. C.. A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo. **Observatório do ensino médio em Santa Catarina**. Santa Catarina, 2020.

WOLF, P. J. W.; OLIVEIRA, G. C. DE. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 661–694, 1 dez. 2016.